

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**FUNCIONAMENTO DO PRONAF CRÉDITO SOB DIFERENTES REALIDADES SOCIAIS E  
PÚBLICOS**

**CLEOMAR FERRO SILVA**

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**FUNCIONAMENTO DO PRONAF CRÉDITO SOB DIFERENTES REALIDADES SOCIAIS E  
PÚBLICOS**

ACADÊMICO: CLEOMAR FERRO SILVA

ORIENTADOR: FÁBIO LUÍZ BÚRIGO

SUPERVISOR: VALDENIR VALÉRIO VERLICH

EMPRESA: CRESOL BASER – ÁGUAS MORNAS – SC

Conceito final: \_\_\_\_\_

Aprovado em: 05 de dezembro de 2011

Banca examinadora:

\_\_\_\_\_  
ENG. AGR. FÁBIO LUIZ BÚRIGO

\_\_\_\_\_  
ENG. AGR. VALDENIR VALÉRIO VERLICH

\_\_\_\_\_  
ENG. AGR. ADEMIR ANTÔNIO CAZELLA

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como um dos pré-requisitos  
para obtenção do título de Engenheiro  
Agrônomo.

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

DEZEMBRO, 2011.

**Dedicatória**

Ao meu irmão Cleilton Antonio, que não pôde estar aqui para partilhar desse momento. Especialmente ao meu cunhado Evanio, as minhas irmãs Luiza, Elizete, Eliene, Elinete, Eliane, aos meus outros irmãos Clemilton e Clésio. Também dedico aos meus sobrinhos Enzo, Gabrielle, Letícia e Cecília e aos meus pais José e Maria, pelo apoio, incentivo e amor sem fim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Federal de Santa Catarina, aos colegas e aos professores do curso: pela acolhida, pela amizade, convivência, auxílio e aprendizado.

Minha gratidão especial ao meu cunhado Evanio Berto, à minha irmã Luiza, , meus irmãos e meus Pais José e Maria pela compreensão, amor, confiança, incentivo e apoio.

A Cresol de Águas Mornas através de seu presidente Jairo e o Engenheiro Agrônomo Valdenir Valério Verlich, pela oportunidade dada e a supervisão que lá recebi.

Aos Bancos do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste de Santa Inês - MA e seus respectivos gerentes de negócios: Erinaldo & João, Luiz Fernando & Alberto Linhares e Willys da Silva, pela contribuição, atenção e recepção.

A Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão e seus funcionários: o Engenheiro Agrônomo José Lércio Oliveira e o Técnico Agrícola Francisco Lima da Silva pela acolhida, contribuição e amizade.

Ao meu orientador Fábio Luiz Búrigo por ter aceitado o desafio de orientar este trabalho.

A Deus pela oportunidade de ser feliz e realizado.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>12</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
2.1 GERAL .....	13
2.2 ESPECÍFICOS.....	13
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>4 PRONAF: UM PROGRAMA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
4.1 BREVE HISTÓRIA DO PRONAF .....	17
4.2 PRINCIPAIS MUDANÇAS DO PRONAF-CRÉDITO.....	18
4.3 LINHAS DE CRÉDITO E GRUPOS DO PRONAF EXISTENTES ATUALMENTE.....	20
4.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF .....	28
<b>5 CONTRASTES E POTENCIALIDADES DO PRONAF: PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>31</b>
5.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS LOCAIS PESQUISADOS .....	31
5.2 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS .....	33
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## LISTA DE ABREVIACÕES

AAP – Alto Alegre do Pindaré  
AF – Agricultura Familiar  
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural  
ARS – Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz  
Bacen – Banco Central do Brasil  
BB – Banco do Brasil  
BN – Banco do Nordeste  
BASA – Banco da Amazônia  
CMN – Conselho Monetário Nacional  
CEDRS – Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis  
Cresol – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária  
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste  
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte  
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste  
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ITERMA – Instituto de Colonização e Terra Maranhão  
MA – Maranhão  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MCR – Manual do Crédito Rural  
PAC – Posto de Atendimento Cooperativo  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar  
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia  
SFN – Sistema Financeiro Nacional  
SC – Santa Catarina  
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar  
Sibrater – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural  
UTE- Unidade Técnica Estadual  
UTR – Unidade Técnica Regional

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Nível de escolaridade dos beneficiários do Pronaf .....	33
Tabela 2. Número de filhos dos beneficiários do Pronaf .....	34
Tabela 3. Situação das terras exploradas por não-beneficiários do Pronaf em AAP.....	35
Tabela 4. Relação de não-beneficiários que desconhecem o Pronaf em AAP.....	42

## RESUMO

A agricultura familiar desenvolve papel fundamental no desenvolvimento do País. Movimenta bilhões de reais anualmente, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e permanência da população no campo. Como em outros países, a permanência e expansão de suas atividades dependem da existência e correto funcionamento de políticas públicas voltadas para a sua reprodução social e viabilização de atividades produtivas sustentáveis. No Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é a principal política pública de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas pela agricultura familiar. Boa parte de sucesso do Programa depende da capacidade dos agentes envolvidos na operacionalização do crédito e da qualidade da assistência técnica. O objetivo deste trabalho é estudar formas de acesso e operacionalização do Pronaf-Crédito, tendo em conta a grande diversidade presente no meio rural brasileiro. A análise foi realizada por meio de pesquisa de campo com agricultores beneficiários e não-beneficiários do Pronaf e autoridades locais envolvidas com o Programa em municípios do Maranhão e Santa Catarina. Observa-se que embora as regras de funcionamento do Programa sejam similares existem importantes diferenças no perfil do público atendido e no uso do crédito rural nas duas regiões pesquisadas. Essas diferenças são parcialmente explicadas pelos mecanismos de gestão do Programa e pela qualidade dos serviços de Ater prestados aos beneficiários. De um lado, o município de Alto Alegre do Pindaré (MA), onde nem tendo uma atuação simultânea do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia conseguiram democratizar o Pronaf-Crédito. De outro, estão os municípios catarinenses de Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz, onde o Programa tem logrado bons níveis de atendimento por meio da atuação do Banco do Brasil e do Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Sistema Cresol).

**Palavras chave:** Crédito rural; Pronaf; Agricultura Familiar;



## INTRODUÇÃO

Em 1996, a agricultura familiar (AF) passa a receber um tratamento inédito do Estado brasileiro, quando o Governo Federal lança o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Desde sua criação, o Pronaf foca sua atuação num público até então esquecido pelas políticas públicas, dando início a uma série de ações governamentais voltadas ao desenvolvimento rural:

Este programa tem como um de seus principais objetivos a redução da pobreza que atinge os agricultores familiares no Brasil. O programa busca assegurar o acesso ao crédito barato a pequenos produtores, além de integrá-los a outras políticas de desenvolvimento rural, como suporte ao desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica (MAGALHÃES et al., 2006, p. 2).

Desde seu surgimento, o Pronaf tem como principal estratégia efetuar financiamentos exclusivos aos empreendedores da zona rural, com a finalidade de reestruturação de unidades produtivas e a permanência da família no campo. No entanto, transcorrido mais de uma década e meia, o Pronaf continua enfrentando diversos obstáculos para cumprir seus propósitos de universalização do crédito rural junto aos mini e pequenos produtores rurais e geração de mudanças nas bases produtivas. Sobretudo nas regiões nordeste e norte do país, boa parte das famílias rurais nunca tiveram acesso pleno ao Programa, e muitas delas nem sequer sabem de sua existência. Embora algumas dessas pessoas tenham sido contempladas recentemente pelas ações do Programa Bolsa-Família e da Previdência Social, a grande maioria continua vivendo na pobreza ou na extrema pobreza. Além disso, essas ações de transferência de renda geram poucas perspectivas para alterar de forma duradoura os sistemas produtivos baseados na agricultura de subsistência e de obtenção de renda dessas populações.

Não obstante os agentes financeiros públicos responsáveis pela operacionalização do Pronaf devam adotar procedimentos padrões para democratizar o crédito, determinados pelo Governo Federal, os resultados em termos de acesso são ainda muito díspares. Entender melhor por que em algumas regiões o Programa vem alcançando seus objetivos e em outras não, é importante para se propor alterações e ajustes no sentido de sua universalização. As boas práticas poderiam orientar suas ações em regiões onde os objetivos do Pronaf não são ainda evidentes.

O trabalho de campo para esse estudo foi realizado em duas regiões do Brasil. Uma frente abrangeu os municípios de Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz, no estado de Santa Catarina, e a outra o município de Alto Alegre do Pindaré, no estado do Maranhão.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2011, sendo sua execução dividida em cinco etapas. A primeira foi direcionada a definição das bases metodológicas da investigação, seleção de material institucional e realização das primeiras leituras das referências a respeito do Pronaf.

A segunda foi dedicada ao acompanhamento prático das atividades operacionais em torno do Pronaf desenvolvidas pelo Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) do município de Águas Mornas. Essa etapa foi fundamental para se ter um entendimento prático do Programa junto aos beneficiários e operadores locais.

A Cresol Baser Águas Mornas tem como área de abrangência doze municípios: Angelina, São Bonifácio, Rancho Queimado, Anitápolis, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antonio Carlos, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Major Gercino, Palhoça e São José. Sua missão é promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional. O Sistema tem como visão crescer juntamente com o quadro social para atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social. Os associados das Cooperativas Cresol são majoritariamente agricultores familiares, que também são os principais responsáveis pela sua gestão.

A etapa seguinte foi voltada às entrevistas nas duas regiões selecionadas para o trabalho de campo. A primeira ocorreu entre os dias dois de agosto e dois de setembro nos municípios de Alto Alegre do Pindaré e Santa Inês, ambos no Maranhão. A visita a Santa Inês foi necessária porque lá estão sediados os bancos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) que atendem os agricultores de Alto Alegre do Pindaré. Nessa zona o trabalho foi acompanhado pelo engenheiro agrônomo José Laércio de Oliveira da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (Agerp). Após as visitas à região

maranhense, procederam-se as entrevistas na zona catarinense, ocorridas entre os dias doze de setembro a sete de outubro de 2011. Como a segunda rodada de entrevistas se deu na área de abrangência da Cresol Águas Mornas, pode-se contar novamente com o apoio dessa organização. Além disso, foi possível conhecer melhor as atividades desenvolvidas pela Cooperativa a respeito do Pronaf junto aos seus associados. Simultaneamente, pode-se aprofundar o entendimento sobre a gestão operacional do Pronaf na Cresol Águas Mornas e as demais formas de atendimento creditício prestados pela Cooperativa junto aos produtores.

A última etapa do trabalho foi dedicada à compilação e interpretação dos dados da pesquisa de campo, conclusão da revisão das referências e elaboração da versão final deste estudo.

Além desta introdução, o trabalho inclui uma justificativa e objetivos, descrição da metodologia empregada, breve revisão da literatura do Pronaf e das regras de operação do Pronaf, apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo e as considerações finais. Nos anexos estão inseridos informações, tais como modelos de declaração de aptidão do Pronaf e questionários empregados na pesquisa e outros itens.

## 1 JUSTIFICATIVA

Historicamente, a agricultura familiar (AF) exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico do Brasil. As mais de quatro milhões de famílias que integram esse segmento movimentam anualmente bilhões de reais, contribuem para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e permanência da vida rural, sem esquecer que boa parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros é produzida por esse agrupamento social. Apoiar a agricultura familiar significa, portanto, contribuir para a diminuição do êxodo rural e para a elevação da segurança alimentar dos brasileiros.

Apesar de sua importância, durante muito tempo, a AF recebeu pouco reconhecimento do Estado. Somente nos últimos anos, o governo brasileiro tem procurado ampliar a atenção para esse segmento. A principal ação governamental foi dedicada a ampliação dos volumes e a democratização do crédito. Sabe-se que o crédito rural é um importante instrumento de fomento à produção, combate à fome e geração de emprego e renda.

Essa iniciativa se materializou pela criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf surge com o intuito de promover a redução das desigualdades e melhorar o bem-estar das famílias do meio rural. Desde então, esse Programa tem sofrido constantes modificações visando ajustar seus objetivos e suas diretrizes às especificidades e necessidades do meio rural. Mesmo com essas mudanças, o Pronaf continua enfrentando dificuldades, sobretudo em regiões e públicos menos dinâmicos em termos produtivos e econômicos. A realização deste estudo torna-se oportuna tendo em vista a presença constante desses ajustes e o tempo de vigência do Pronaf. Ou seja, é importante investigar de perto suas particularidades e compreender por que o Pronaf não tem conseguido universalizar sua atuação para todas as regiões e públicos diversos que compõe a AF no Brasil. Isso pode ajudar a apontar soluções que levem a construção de formas de atuação mais eficazes e que possam corrigir as debilidades do Programa ao longo dos próximos anos.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

Analisar de forma comparativa os mecanismos de operacionalização do Pronaf, a partir de diferentes realidades econômicas e socioculturais, buscando fortalecer sua atuação em prol do desenvolvimento rural.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

- Conhecer as normas que regem o crédito rural no Brasil, em particular do Pronaf;
- Avaliar as diferentes formas de utilização do Pronaf pelos agricultores familiares em duas regiões do país;
- Compreender os principais procedimentos empregados pelas organizações financeiras que operam o Programa;
- Buscar formas de melhorar a ação do Programa tendo em conta as especificidades regionais;
- Discutir, de forma prospectiva, a difusão do modelo de cooperativa de crédito solidário existente em SC para as condições socioeconômicas do Maranhão.

### 3 METOLOGIA

Essa pesquisa de natureza qualitativa segue estratégia assinalada por Filho (1996), em que para estudar os ambientes agrários deve-se partir da análise do geral para o particular. Dito de outro modo constrói-se uma linha de raciocínio que vai do nível regional e microrregional até o nível do estabelecimento rural. De acordo com a metodologia, em cada etapa os fenômenos devem ser interpretados e confrontados com as análises das etapas anteriores. Ao final, elaboram-se as hipóteses que devem ser verificadas para que seja construída uma síntese da realidade observada. Essa estratégia permite compreender melhor o que acontece nas áreas focadas pelo Pronaf. A partir dessa aproximação é possível fazer generalizações sobre o observado e o comprovado. A conduta possibilita, ainda, a discussão de políticas agrícolas que visem melhorias das condições socioeconômicas dos agricultores familiares. Dessa forma, o método visa explicar e não somente descrever os fenômenos que são observados nos diferentes níveis.

De regra, a aplicação dessa metodologia divide-se em quatro etapas. A primeira consiste na chamada "leitura de paisagem", quando o pesquisador percorre os locais a serem estudados para observar suas características gerais. Essa viagem exploratória deve ocorrer depois que o pesquisador esteja municiado das informações básicas disponíveis na literatura sobre a região. A segunda etapa visa efetuar um processo de seleção dos "atores-chaves". Esses devem ser selecionados e entrevistados devido ao seu conhecimento e sua importância na região. Não se recomenda efetuar coletas aleatórias pela dificuldade desta ser estatisticamente representativa. A terceira consiste em definir, com base nas entrevistas dos "atores-chaves", uma amostragem baseada na pré-tipologia identificada dos agricultores e também na distribuição espacial dos entrevistados. Isso garante que a amostra seja minimamente representativa em termos estatísticos e não probabilística. A quarta etapa consiste em realizar as entrevistas com os agricultores.

Para aumentar o grau de diversidade e a riqueza do objeto de estudo optou-se por uma análise comparativa entre duas regiões do país, com níveis socioculturais e indicadores de desenvolvimento contrastantes. . O primeiro local selecionado para a pesquisa está inserido numa das regiões mais pobres do país e o segundo numa zona com bons indicadores de desenvolvimento humano e de

produção agropecuária. De acordo com a metodologia, em ambas as regiões foram realizadas entrevistas com três categorias: pessoas beneficiárias do Pronaf; não-beneficiários; e autoridades locais, gerentes de bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e outros agentes. Para cada categoria de entrevistados foram elaborados e aplicados diferentes modelos de questionários<sup>1</sup>.

Para os dois primeiros casos, as comunidades foram pré-selecionadas de acordo com os passos da metodologia, mas os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória. Depois de chegar às localidades sem anúncio prévio, o pesquisador percorria as margens das estradas, residências, áreas de lavouras e pastagem e outros lugares em busca de possíveis candidatos para a pesquisa. Ao encontrar um morador, após identificar-se como estudante graduando em agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, o pesquisador informava os propósitos do contato. Quando o morador concordava em participar da pesquisa, a entrevista era imediatamente efetuada no próprio local de abordagem.

Nota-se que pela metodologia empregada nas entrevistas as respostas dos agricultores foram colhidas de forma espontânea, ou seja, sem que houvesse muito tempo para ensaiar as respostas. Procurou-se também evitar pessoas que já tinham conversado com os entrevistados, para que as respostas não fossem dadas sob a influência desses. Para tanto, o entrevistador desenvolveu seu trabalho percorrendo desde o início até o final da linha geral que atravessa a comunidade, de modo que as entrevistas foram feitas durante a sua “entrada” na comunidade, e não no seu “retorno” para a sede do município.

Para o terceiro caso, foram escolhidas autoridades, gestores públicos e administradores bancários que desempenham funções direta ou indiretamente ligadas com o meio rural. Assim, entraram na lista de entrevistados vereadores, prefeitos, secretário de agricultura e meio ambiente, gerentes de negócios dos bancos e representante da agência de assistência técnica estadual.

Nas duas regiões pesquisadas, as entrevistas com autoridades ocorreram geralmente nos seus locais de trabalho. Além disso, solicitou-se, quando possível, dados a respeito do número de contratos do Pronaf do último ano fiscal, bem como

---

<sup>1</sup> Ver Anexo 2.

os números adimplência e inadimplência. Notou-se que conversas com essa categoria foram mais reflexivas, por isso a duração média dessas entrevistas foi de duas horas, sendo que as dos agricultores foram de cinquenta minutos.

Em Alto Alegre do Pindaré (AAP) foram entrevistadas 58 pessoas, sendo, 22 agricultores beneficiários do Pronaf, 24 agricultores não-beneficiários do Pronaf e doze autoridades locais. Em Santa Inês, cidade sede dos bancos que atendem AAP, foram entrevistadas cinco autoridades, todas gerentes de negócios dos bancos (BN, BASA e BB). Em Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz (ARS) arguiu-se onze agricultores beneficiários do Pronaf, três agricultores não-beneficiários e seis autoridades locais (prefeito, vereadores e gerentes de bancos). Essa diferença no número de entrevistados entre as duas regiões de estudo se deu em função de alguns fatores. Em ARS quase sempre os produtores estavam fora dos estabelecimentos comercializando seus produtos. Em geral, não havia possibilidade de esperá-los para as entrevistas. Outro fator importante se refere à questão de locomoção, que em ARS sofreu limitações por questões de ordem financeira. Em AAP essa limitação inexistiu: a locomoção pelas áreas rurais foi facilitada pela existência de um veículo que estava permanentemente disponível. Ademais, como nessa região os produtores são menos integrados aos mercados, era comum encontrá-los nos estabelecimentos agrícolas principalmente porque a pesquisa foi realizada no período da entressafra.

As conversas não foram gravadas, todavia, alguns entrevistados se deixaram fotografar e permitiram a divulgação de suas imagens para fins acadêmicos. A maioria das perguntas dos questionários era objetiva, e as respostas das questões abertas anotadas diretamente pelo autor.



## **4 PRONAF: UM PROGRAMA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO**

### **4.1 BREVE HISTÓRIA DO PRONAF**

Segundo Junior (2010), a década de 1990 presenciou modificações parciais na área de abrangência e na forma de atuação do governo no meio rural, após longo período em que as políticas agrícolas tornaram-se instrumento apenas dos médios e grandes produtores da região Centro-Sul do País. Essas mudanças se deram a partir de intensa pressão do movimento sindical de trabalhadores rurais, que tinha como objetivo explícito romper com a marca dominante das políticas agrícolas brasileiras da época (ABRAMOVAY & MORELLO, 2010).

Em 1994, o Governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) que foi o embrião do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf surge entre 1995 e 1996 trazendo duas novidades principais em relação ao Provap: a redução da taxa de juros do crédito rural para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar, que passa de 16% para 12% ao ano (a.a.) e ampliação do limite dos empréstimos individual e coletivo.

Como o Provap enfrentou muitas dificuldades para se consolidar, considera-se o Pronaf como a principal mudança do governo brasileiro em favor da AF. Foi o Pronaf que conseguiu, de fato, direcionar linhas de crédito aos agricultores familiares, até então praticamente renegados pelas políticas públicas. A permanência do Programa ao longo dos governos posteriores confirma o reconhecimento e a legitimação alcançados junto ao Estado por essa categoria social.

Criado entre 1995 e 1996 e a partir, principalmente, das fortes pressões desencadeadas pelos movimentos populares do campo, que reivindicavam o estabelecimento de uma política agrícola adequada à realidade da agricultura familiar, o Pronaf acabou tornando-se um dos mais importantes programas sociais do país (BÚRIGO, 2010, p. 332).

Atualmente, o Pronaf é monitorado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estando a concepção de suas linhas de crédito sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) desse ministério. Depois de operar durante alguns anos sob a proteção de normas especiais, as

linhas de empréstimos do Pronaf passam a integrar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Desde então, as regras de concessão e pagamento dos empréstimos são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e detalhadas no Manual do Crédito Rural (MCR) publicado pelo Banco Central.

Para o MCR o Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural [...], entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (SEÇÃO MCR 10-01, 2011, p. 4).

Além dos gestores federais, o Pronaf conta normalmente com o apoio de uma secretaria executiva vinculada aos governos estaduais, e dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável ou equivalente (Fujji, 2009).

Desde o início, o Pronaf fundamentou-se em quatro linhas de ação bem definidas: i) o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios selecionados (Pronaf infra-estrutura)<sup>2</sup>; ii) o financiamento da produção da agricultura familiar (Pronaf crédito); iii) a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Pronaf capacitação); e iv) a negociação de políticas públicas voltadas ao setor.

#### 4.2 PRINCIPAIS MUDANÇAS DO PRONAF-CRÉDITO

Apesar da manutenção de algumas regras básicas, como a exigência da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP)<sup>3</sup> para o enquadramento do beneficiário, pode-se dizer que o Pronaf-Crédito sofre um processo contínuo de aperfeiçoamento desde a destinação dos primeiros recursos, ocorrida em 1996. Segundo Mattei (2005), o Programa tem se transformado a cada ano, procurando responder às demandas colocadas pelos movimentos sociais organizados e pelos diversos agentes que participam ativamente da sua implementação. Para Búrigo (2010), além de novos enquadramentos por grupos foram criadas linhas de crédito destinadas ao fomento de atividades e de públicos específicos (jovens rurais, mulheres agricultoras, quilombolas, povos da floresta, moradores do semi-árido, agroecologia,

---

<sup>2</sup> Em 2003, essa linha ganhou novo formato pela introdução de ações na ótica do desenvolvimento territorial.

<sup>3</sup> Ver modelo de DAP no Anexo 1.

agroindústria familiar, cotas-partes para cooperativas de crédito rurais, biodiesel, entre outros).

Apresenta-se, a seguir, um resumo cronológico dessas transformações. Um ano após o início de suas operações, em 1997, ocorre a inclusão de novos beneficiários no Programa, tais como pescadores artesanais, aquicultores e seringueiros extrativistas. Neste ano acontece uma nova redução da taxa de juros, que passa para 6,5% a.a. Em 1998, ocorre uma nova diminuição dos juros que passam para 5,75% a.a. e a criação da linha Pronaf Agregar. Em 1999, surge a classificação dos beneficiários do Pronaf em grupos: “A”, “B”, “C” e “D”, para fins de acesso aos créditos. Incluem-se novas linhas de crédito coletivos destinadas a associações, cooperativas e outras formas de agrupamento, além de possibilitar financiamentos de atividades não-agrícolas. Em 2000, além da taxa de juros passar para 4% a.a. surge o crédito especial de custeio para assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa de Crédito Fundiário<sup>4</sup>. Em 2001 é elevado o limite de financiamento e aumentado o período de carência dos projetos de investimentos para até cinco anos. Torna-se possível ainda a substituição do projeto técnico de investimento por uma proposta de crédito simplificada. Em 2002, suspendem-se os financiamentos à cultura do fumo. Outra mudança foi a elevação do limite de crédito dos projetos iniciais destinados aos beneficiários do grupo “A”. Atualmente, esse grupo agracia os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e os beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.

Em 2003, novas medidas de simplificação dos contratos são implantadas, permitindo a sua renovação por até cinco anos. Assim, o mesmo contrato ou proposta de crédito pode ser renovado até cinco vezes seguidas. A medida possibilitou também aquilo que os produtores da região de atuação da Cresol Águas Mornas chamam de “Pronaf para pagar Pronaf”, ou seja, quando não há possibilidade de quitar a dívida, geralmente por influência de fatores climáticos, a renovação da proposta de crédito é utilizada para pagar o saldo devedor. São ainda de 2003 as linhas do o Pronaf Semi-Árido, Pronaf Florestal e o cartão Pronaf. No ano subsequente, surgem novas linhas de financiamento, como o Pronaf Mulher,

---

4 O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento (MDA, 2011).

Pronaf Jovem, Pronaf e o grupo “E”. Em 2005, inicia-se o Pronaf Agroecologia e a linha de crédito do Pronaf “B”, destinado à camada dos agricultores mais pobres, confirmando o que estudos oficiais indicam sobre o perfil da AF no país:

Os dados do Censo Agropecuário relevam a existência de cerca de dois milhões e seiscentas mil famílias de agricultores brasileiros que se enquadravam na linha B do Pronaf. Essa linha de microcrédito foi criada para atender as famílias de agricultores de baixa renda, que apresentavam renda bruta anual familiar inferior a R\$ 3 mil em 2006. O contingente potencial do Pronaf “B” representa, portanto, 64% do universo de agricultores familiares identificados pelo Censo (CAZELLA & BÚRIGO, 2010, p. 5, APUD GALVÃO DE FRANÇA ET AL., 2010).

Em 2006, os agricultores familiares ganham, finalmente, reconhecimento institucional por meio da criação da Lei da Agricultura Familiar<sup>5</sup>. Com isso, a legislação brasileira “define oficialmente esta ‘categoria produtiva’ como parte do mundo do trabalho” (PICOLOTTO, 2009, p. 1 e 2). Nesse mesmo ano surge o Pronaf Comercialização, em 2007 é criado o Pronaf ECO e a linha de crédito de investimento para energia renovável e sustentabilidade ambiental. Após a pulverização das linhas de acesso aos programas, em 2008 ocorre a unificação dos grupos “C”, “D” e “E”.

Esses grupos do Pronaf vigoraram até 2008 e classificavam os agricultores familiares segundo categorias de renda bruta da produção agropecuária (“B” até “E”). A exceção é o grupo “A” que corresponde aos agricultores assentados por programas de reforma agrária, cujo enquadramento independe da renda. Cada grupo tinha taxas de juros e condições de pagamentos específicas. A partir desse ano foram extintos os grupos “C”, “D” e “E”. O grupo “B” permaneceu em vigor porque incorpora condições especiais de microcrédito (CAZELLA & BÚRIGO, 2010, p. 5).

É também de 2008 a criação da linha de crédito Mais Alimentos, por meio da Resolução do Banco Central do Brasil, N.º. 3.592.

#### 4.3 LINHAS DE CRÉDITO E GRUPOS DO PRONAF EXISTENTES ATUALMENTE

Segundo a legislação são beneficiárias do Pronaf as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento em um dos seus grupos, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao

5 A Lei N.º 11.326, de 24 de julho de 2006, denominada Lei da Agricultura Familiar, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O artigo 3º define quem é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm).

Programa (DAP). Com base na Seção 10 do MCR, são apresentados a seguir os grupos e as linhas de créditos do Pronaf existentes atualmente.

#### I. Grupo "A"

Este grupo contempla agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Também estão incluídos no Grupo "A" os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, desde que observado o disposto na Lei 4.504, de 1964, especialmente em seus artigos 60 e 61, bem como no art. 5º, caput e incisos II, III e IV, do Decreto 3.991, de 2001, (MCR SEÇÃO 10-02, 2011, p. 12)

#### II. Grupo "B"

São enquadrados neste grupo, os agricultores familiares que atendam cumulativamente, dentre outras exigências, as seguintes condições:

- Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- Obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- Tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 6 mil nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Nesse grupo está havendo uma experiência alternativa organizada pelo Banco do Nordeste (BN).

A iniciativa recente do BN de estender sua experiência de microcrédito para o setor agrícola por meio do lançamento do Programa Agroamigo tem por objetivo principal aprimorar o processo de gestão da modalidade do Pronaf B, que apresenta em muitos municípios nordestinos índices alarmantes de inadimplência. A figura

do agente de crédito explica em grande parte a baixa inadimplência do Crediamigo<sup>6</sup>, graças à relação personalizada que se estabelece entre agentes e beneficiários (CAZELLA; BÚRIGO, 2010, p.12)

### III. Grupo "A/C"

Neste grupo são alocados agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que apresentem DAP para o Grupo "A/C", fornecida, pelo INCRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR). É também exigência que já tenham contratado a primeira operação no Grupo "A" e não contraído financiamento de custeio em outro grupo.

### IV. Pronaf - Agroindústria

A linha tem como finalidade os investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

### V. Pronaf - Floresta

Tem a finalidade de subsidiar investimentos em projetos técnicos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal e recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

### VI. Crédito Pronaf Semi-Árido

Tem como finalidade investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, priorizando projetos de infra-estrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infra-estruturas.

### VII. Pronaf - Mulher

Tem como finalidade o atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora.

---

<sup>6</sup> O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia. Atualmente, o Crediamigo faz parte - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal (do Crescer), uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

## VIII. Pronaf - Jovem

Tem como beneficiários jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Pronaf, maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio.

## IX. Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

Tem como beneficiários as pessoas físicas em contrato individual e cooperativas ou associações constituídas por agricultores familiares. As finalidades desta linha de crédito são o financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros e aquisição de todos os insumos necessários ao funcionamento da agroindústria familiar.

Uma importante inovação desse programa foi a inclusão de novas linhas de financiamento, seja através da inserção de segmentos até então renegados pelas políticas agrícolas ou pelo reconhecimento e legitimação das atividades diferenciadas no meio rural, como é o caso da agroindustrialização em escala familiar (JUNIOR, 2010, p. 1).

## X. Crédito Pronaf Cotas-Partes

São beneficiários os agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que atendam as exigências da Resolução CMN 3.731, de 2009<sup>7</sup>. A finalidade desta linha de crédito é o financiamento da integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção destinados à aplicação em capital de giro, custeio e investimento.

## XI. Pronaf Microcrédito Produtivo Rural

São beneficiários os agricultores familiares enquadrados no Grupo "B" e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A" ou "A/C". As finalidades são os financiamentos de investimento das

---

<sup>7</sup> Disponível para consulta em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109049203&method=detalharNormativo>>

atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas

## XII. Pronaf Agroecologia

São beneficiários os agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto aqueles classificados nos Grupos "A", "A/C" e "B". Esses agricultores são beneficiados com esta linha de crédito desde que apresentem proposta ou projeto técnico de sistemas agroecológicos de produção e sistemas orgânicos de produção. Em suma, o crédito destina-se ao financiamento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.

## XIII. Pronaf PGPAF

Os agentes financeiros devem conceder desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio agropecuário, no âmbito do Pronaf, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente, no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), instituído pelo Decreto 5.996, de 2006. (DECRETO PRESIDENCIAL 5.996, 2006, p. 1).

## XIV. Pronaf Eco

Foi criado para atender a demanda por financiamentos de energias renováveis, destarte, tem como finalidades a implantação, a utilização e a recuperação de tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, mini-usinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas, financiamento de construção de estações de tratamento de esgoto e financiamento de projetos que visem o armazenamento hídrico, como a construção de barragens e aquisição de caixas d'água.

## XV. Pronaf Mais Alimentos

Segundo MDA (2011), essa linha de crédito atende projetos individuais de até R\$ 130 mil, e coletivos de até R\$ 500 mil com carência de três anos e até dez anos para pagar. O Pronaf Mais Alimentos é uma linha especial de crédito que:

Tem como beneficiário o agricultor familiar enquadrado no Pronaf que apresentar proposta ou projeto de crédito de investimento em que ficar comprovado que, no mínimo, 70% da renda da unidade



familiar é oriunda das atividades relacionadas entre as finalidades estabelecidas para a linha de crédito. As finalidades são as propostas ou projetos de investimento para produção, armazenagem e transporte definidos no artigo 4º da Resolução CMN 3.812, de 2009 (RESOLUÇÃO CMN 3.812, de 2009, p. 2).

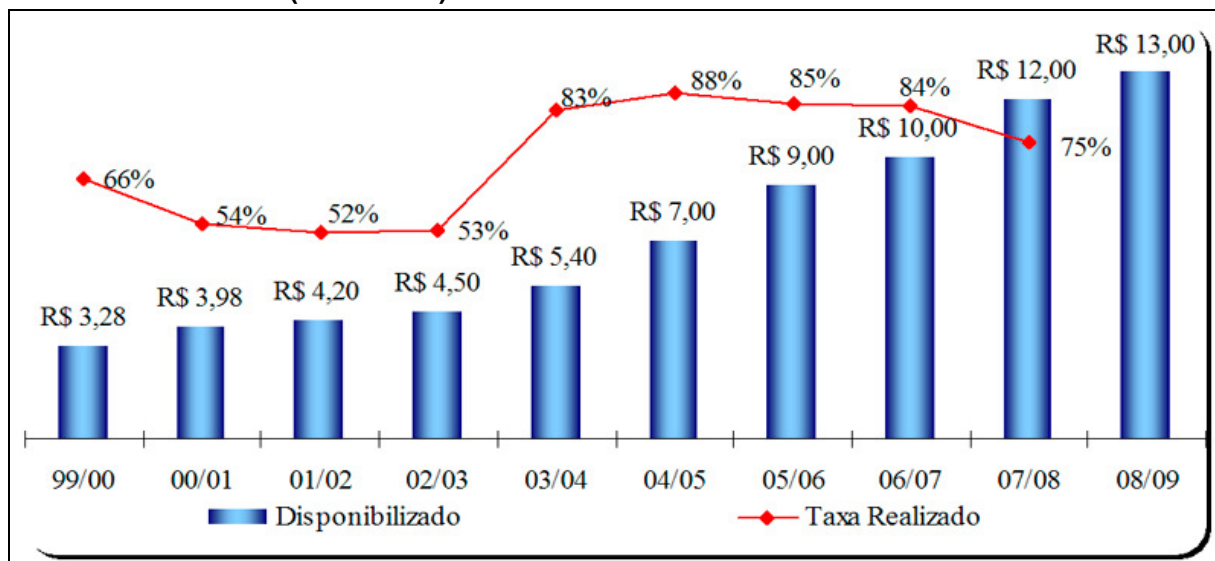
Por fim, é importante frisar que se enquadra na condição de beneficiários do Pronaf-Crédito pescadores artesanais, extrativistas que explorem de forma ecologicamente sustentável, silvicultores, aquicultores, maricultores e piscicultores que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, se a exploração se efetivar em tanque-rede, comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais. Para poder acessar o Pronaf esse público precisa ter obtido nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP uma renda bruta familiar máxima de R\$110 mil e não manter mais que dois empregados permanentes.

Apesar da diversidade de linhas e dos aprimoramentos das regras, o Pronaf ainda apresenta inúmeras debilidades. Uma delas reflete as dificuldades que o Programa ainda apresenta em termos operacionais. Segundo dados do MDA (2011), em 2008 os valores disponibilizados tiveram um crescimento na ordem 319% em relação a 2001, mas o volume do que é realmente aplicado nunca ultrapassou os 90%, conforme demonstra a Figura 1<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para o Plano Safra 2011/2012 estão sendo disponibilizados R\$ 16 bilhões (MDA, 2011).

**Figura 1: Evolução dos recursos disponibilizados e efetivamente gastos no Pronaf – em bilhões de reais (1999-2009).**



Fonte: MDA (2011).

Mesmo com as mudanças que o Pronaf inseriu no SNCR, há indícios de que a política de financiamento rural, além de ser pouco inovadora na concepção de projetos técnicos, não tem conseguido ampliar o atendimento junto a um grupo maior de unidades agrícolas familiares (CAZELLA; BÚRIGO, 2010, p. 24). O aumento do montante de recursos disponibilizados não foi acompanhado em termos de número de contratos firmados, que tem decrescido nos últimos anos. Para Búrigo; Cazella (2010), a partir de 2006, os contratos do Pronaf, inclusive da linha de crédito “B”, caíram sistematicamente.

Gestores do Programa atribuem o decréscimo na “taxa de realização” e no declínio do número de contratos a fatores diversos, tais como a inadimplência, fim dos descontos para pagamento em dia, “estouro” da capacidade pagamento de novos projetos pelo acúmulo de dívidas anteriores, dentre outros motivos.

Segundo Búrigo (2010), em termos proporcionais, o montante de recursos tem crescido mais que o número de contratos, o que indica uma elevação no valor médio dos financiamentos. Nos últimos anos são crescentes os financiamentos da Linha Mais Alimentos do Pronaf, o que ilustra bem essa mudança de perfil dos empréstimos. Os beneficiários dessa linha de crédito preferem acessá-la na compra de máquinas agrícolas e de veículos de carga. Assumem assim contratos de valores mais altos do que os dedicados ao custeio de lavouras ou da pecuária.

O Pronaf nunca chegou perto de beneficiar o universo de estabelecimentos familiares do país (4,139 milhões). O crédito de custeio não cobre (em 2004) 20% dos estabelecimentos familiares e os créditos de investimento atingem apenas 12,7% (ANJOS; GODOY; CALDAS; GOMES, 2004). Mas, as críticas ao Pronaf são maiores em relação ao baixo atendimento alcançado no Grupo B, que corresponde a mais de dois terços do público potencial do Programa.

No ano de 2006, o Pronaf bateu o recorde de 1,9 milhões de contratos, mas havia dois milhões de pessoas com perfil de enquadramento no Pronaf “B” que nunca haviam tido acesso a essa política pública de desenvolvimento rural. Em 2010 o Programa fechou o ano com pouco mais de 1,44 milhões de contratos, ou seja, um decréscimo de 25% em relação a 2006. Esse decréscimo é preocupante, pois “o Pronaf não representa mais uma experiência em implantação, o que sugere que a sua gestão não está sendo capaz de introduzir formas mais abrangentes de atendimento financeiro que contemplem a maioria das unidades agrícolas familiares” (CAZELLA; BÚRIGO, 2010, p.7).

Especialmente para o grupo B, tradicionais formas de aplicação do crédito rural parecem não funcionar bem. São problemas que

[...] ocorrem tanto em função da localização preferencial das agências bancárias nos centros urbanos mais importantes do ponto de vista populacional e financeiro, quando pela pouca familiaridade, competência e tradição do seu quadro profissional para lidar com os negócios praticados pela maioria dos micros e pequenos empreendedores rurais. A prestação de serviços de proximidade, considerados, imprescindíveis para uma ampla difusão do crédito, é ainda uma prática pouco difundida pelos organismos bancários do país (CAZELLA; BÚRIGO, 2010, p.7).

Outro problema refere-se ao modelo produtivo. Altafin (2003) relata que a partir do surgimento do Pronaf se fez presente o discurso a favor da sustentabilidade, mas que o Programa deixa ainda muito a desejar em termos práticos. Para a autora, o Pronaf tem trabalhado apenas o incentivo a produtividades e super safras, sem a refutação dos processos produtivos vigentes no País.

Muito embora o Pronaf seja considerado a melhor política pública já destinada aos agricultores familiares, vale lembrar que as liberações de recursos para os agricultores têm, em contrapartida, um custo para o Tesouro Nacional, dado pela necessidade de equalizar com recursos do Orçamento da União a diferença entre os

juros cobrados aos beneficiários (entre 1% e 9% a/a) e as taxas de mercado (taxa Selic). O montante destinado ao processo de equalização dos juros – medida estabelecida originalmente pelo Decreto Presidencial 1.946 de 28/01/1996é bastantes alto..

Cada vez mais, o governo atua como agente indireto, funcionando como fornecedor de recursos destinados à equalização dos encargos financeiros gerados pelos financiamentos subsidiados. Isto é, como em muitas linhas de financiamentos rurais oficiais os juros são fixados em valores abaixo das taxas normalmente cobradas pelo mercado de crédito, o governo precisa efetuar a cobertura das diferenças que se forma entre os custos de captação dos recursos – os agentes operadores do crédito rural realizam essa captação dentro do mercado financeiro – e os valores cobrados “na ponta”, junto aos tomadores dos empréstimos (BÚRIGO, 2010, p. 331).

Trata-se, de um Programa caro e altamente subsidiado que deve ter indicadores de resultados que comprovem sua necessidade (GUANZIROLI, 2007).

Uma distorção ainda presente no Pronaf são as diferenças regionais. Para Búrigo (2010), em termos territoriais, o Programa se manteve mais ativo e mais consolidado na região Sul desde seu primeiro momento. Diversos fatores sociais e econômicos contribuíram para isso, tais como: a maior integração dos agricultores familiares com os mercados, utilização de grandes volumes de insumos agrícolas que garantem a produção, presença de uma razoável estrutura de assistência técnica oficial e não oficial em grande parte dos municípios, pressões dos movimentos sociais sobre o governo e bancos e a presença de uma rede bancária e de cooperativas de crédito aptas a operar o Programa.

#### 4.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF

As normas a serem seguidas pelas instituições financeiras que operam as linhas de crédito do Pronaf estão estabelecidas no Capítulo 10 do MCR. O MCR contém as diretrizes que regem os financiamentos no âmbito do SNCR que tem a função de conduzir os financiamentos sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário.

Oficialmente o Pronaf deve ser acessado da seguinte forma:

- A decisão de buscar o crédito via Pronaf deve ser tomada pelo grupo familiar;
- A família deve obter a DAP, que identifica a família como sendo beneficiária do Pronaf. A DAP é fornecida gratuitamente e emitida por órgãos públicos e entidades de classe credenciadas pelo MDA, tendo validade de seis anos;
- De posse da DAP, a família ou seu representante, deve procurar o órgão estadual responsável por assistência técnica e extensão rural para elaborar um projeto técnico, quer seja para custeio, quer seja para investimentos. Exceto Pronaf “B”;
- Procurar um agente financeiro que opere as linhas do Pronaf.
- Apresentar ao agente financeiro documentos de identificação e CPF;
- Não apresentar restrições cadastrais;
- Apresentar documento comprobatório de sua relação com a terra. Quando a documentação pertinente à relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito, este não está sujeito a registro em cartório. A apresentação dessa documentação está dispensada quando se tratar de posseiros, mas somente quando a condição de posse da terra estiver registrada na DAP;
- Apresentar a DAP;
- Apresentar o projeto técnico ou proposta simplificada de crédito elaborado pelo órgão oficial de assistência técnica ou empresa de direito privado, quando for para investimentos.

Os agentes financeiros devem cumprir as seguintes normas, e quando cabível, optar ou não por algumas delas (as que são facultativas):

- A escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito;
- Conceder crédito individual ou coletivo obedecendo as resoluções 3.559 e 3.600 do Banco Central do Brasil;
- A assistência técnica é facultativa, mas cabe ao agente financeiro, sempre que julgar necessário, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater);
- Na concessão de crédito aos beneficiários dos Grupos "A", "A/C" e "B" e nas linhas Pronaf Jovem, Pronaf Semi-Árido e Pronaf Floresta, quando as operações forem realizadas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), devem ser exigidas apenas a garantia pessoal do proponente, sendo admitido o uso de contratos coletivos quando os agricultores manifestarem formalmente, por escrito, essa intenção;
- A exigência de cadastro de clientes é facultativa e fica a critério das instituições financeiras;
- Os agentes financeiros devem conceder bônus de adimplência em operações amparadas em recursos dos FNO, FNE e FCO, conforme Resolução 3.559 do Banco Central;
- As organizações financeiras devem exigir do proponente, no momento da formalização do crédito, declaração sob as penas da lei, a respeito do montante de crédito obtido em outras instituições ao amparo de recursos controlados do crédito rural e dos FNO, FNE e FCO;
- A organização financeira deve dar preferência ao atendimento das propostas que objetivem o financiamento da produção agroecológica.

## **5 CONTRASTES E POTENCIALIDADES DO PRONAF: PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

### **5.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS LOCAIS PESQUISADOS**

Localizado na microrregião de Pindaré<sup>9</sup>, pertencente a mesorregião Oeste Maranhense, Alto Alegre do Pindaré contava em 2010 com 31.057 habitantes (IBGE, 2010). Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2011), 73% dos habitantes de Alto Alegre do Pindaré residem na zona rural, o que representa um universo de 22.671 pessoas. Uma pesquisa sobre a emissão de DAP por município, efetuada em outubro de 2011 no banco de dados do MDA, indicou um total de 4.110 agricultores dessa localidade atendidos pelo Pronaf.

O município foi criado em 1994, mas sua instalação ocorreu em 1997, tendo sede no Povoado de Alto Alegre. Sua área foi desmembrada do município de Santa Luzia, subordinado à Comarca de Santa Luzia. AAP limita-se ao Norte com o município de Bom Jardim; a Leste com os municípios de Pindaré-Mirim e Santa Luzia; a Oeste com Buriticupu e Bom Jardim e ao Sul com Santa Luzia. Segundo o IBGE o município possui 1.932,283 km<sup>2</sup> e sua densidade demográfica é de 16,07 (hab/Km<sup>2</sup>).

A economia de AAP é baseada em quatro alicerces: funcionalismo público, renda proveniente da agricultura e pecuária, aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e transferências de programas sociais do governo federal.

Em termos econômicos, a Prefeitura Municipal é a principal “porta de entrada” do município. São os salários dos funcionários públicos municipais que compõem a maior parte da renda local. Para se ter ideia da sua importância toma-se como exemplo a profissão de professor. Como em muitas regiões do Norte e Nordeste do País, em Alto Alegre do Pindaré, o professor possui um “status”, dentre outros fatores, por ter um salário garantido. Pela estabilidade que o serviço público proporciona professores e demais funcionários públicos municipais gozam de melhores condições de vida, se comparado ao restante da população. As pensões e aposentadorias do INSS são a segunda fonte de recursos mais importante. Já a

---

9 Pindaré é o nome do principal rio da região que dá nome à cidades e a microrregião, sua extensão aproximada é de 686 km. É um rio de abrangência estadual.

pecuária e a agricultura, esta última em menor expressão, constituem o terceiro aporte de recursos da economia local. A bovinocultura está presente na maior parte dos 1.523 dos estabelecimentos agropecuários existentes em AAP, sendo o rebanho composto por quase trinta mil cabeças (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A maioria dos animais é vendida para frigoríficos das cidades vizinhas e para a capital do estado, São Luís, gerando frequentes aportes na economia do município. A outra fonte de recursos é oriunda do Programa Bolsa-Família (PBF). Em Alto Alegre do Pindaré esse programa social tem tirado muitas famílias da miséria e feito sua economia crescer. As famílias beneficiárias vêm do interior para retirar o dinheiro do benefício na única casa lotérica do município. Quase todo o dinheiro é gasto imediatamente em compras no comércio local. Outras atividades que geram renda para o município são a produção de farinha de mandioca, a chamada “farinha de puba”, que é vendida principalmente na Capital<sup>10</sup>. Há também injeção de dinheiro por meio das empreiteiras de mão-de-obra que prestam serviços para a Companhia Vale<sup>11</sup>. Boa parte dessas empreiteiras contrata mão-de-obra local, o que contribui para o incremento da economia do município.

Os municípios de Águas Mornas, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz (ARS) localizam-se na região da Grande Florianópolis, a uma distância de 36 km, 60 km e 30 km, respectivamente, da capital catarinense. Somados, os três municípios possuem uma população de 28.115 habitantes e área total de 958 km<sup>2</sup>, IBGE (2011). A densidade demográfica média destes três municípios é de 23 (hab/km<sup>2</sup>). Segundo Portal Turismo (2011), as altitudes médias de Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, são 810 metros, 18 metros e 72 metros, respectivamente.

Esses três municípios possuem 28.115 habitantes ( IBGE, 2010). S, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2011), 28% desse contingente vive na zona rural, o que representa um total de 7.939 pessoas. A pesquisa das DAP por município no site do MDA (2011) revela que em ARS 1.031 pessoas que já foram

---

10 A farinha de puba ou farinha da água, muito comum nos estados nordestinos e nos estados amazônicos, é produzida com a mandioca que passou vários dias fermentando dentro de rios ou córregos. Quando está pronta a farinha possui um aspecto amarelado.

11 Vale é uma mineradora multinacional que extrai ferro e bauxita da Serra dos Carajás no Pará. A Vale possui uma linha férrea que corta Alto Alegre do Pindaré em toda sua extensão longitudinal. Atualmente essa estrada de ferro está em processo de duplicação.



atendidas pelo Pronaf ou estão aptas a acessar essa modalidade de crédito, seja em operações de custeio, seja em investimento.

A economia dessas localidades é baseada no turismo e na agricultura, com destaque para a produção de cebola, feijão, tomate, milho e morango. Rancho Queimado, por exemplo, é considerada a capital catarinense do morango. Os municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz destacam-se pela produção de hortaliças e exploração das águas termais.

## 5.2 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

A pesquisa de campo relevou grandes diferenças no **perfil dos agricultores** das duas regiões. Inicialmente, vale lembrar, conforme Tabela 1, que o nível de escolaridade entre os agricultores beneficiários do Pronaf é muito menor em AAP, onde mais de 22% dos entrevistados nunca estudaram. Ao contrário, em ARS todos os produtores rurais são alfabetizados, sendo que uma parcela, cerca de 8%, declarou-se com curso de nível superior.

**Tabela 1. Nível de escolaridade dos beneficiários do Pronaf**

Local/ Escolaridade	AAP		ARS	
	Enquadramento	%	Enquadramento	%
Não estudou	5	22,72	0	0
Até 4ª série	6	27,27	7	58,33
Até 8ª série	7	31,81	2	16,66
Ensino Médio	4	18,18	2	16,66
Ensino Superior	0	0	1	8,33

Fonte: Dados da pesquisa de campo; elaborado pelo autor.

Em AAP quase um terço das famílias possui de cinco a seis filhos, enquanto em ARS mais de dois terços possuem até dois filhos (ver Tabela 2). Os dados das duas tabelas parecem confirmar a crença de que o nível de escolaridade do casal tem relação inversa com o número de seus filhos.

**Tabela 2. Número de filhos dos beneficiários do Pronaf**

Local / N. filhos	AAP		ARS	
	Enquadramento	%	Enquadramento	%
0	1	4,34	0	0
1 – 2	6	26,08	10	83,33
3 – 4	3	13,04	2	16,66
5 – 6	7	30,43	0	0
7 – 9	5	21,73	0	0
10 ou mais	1	4,34	0	0

Fonte: Dados da pesquisa de campo; elaborado pelo autor.

Em AAP, 76% dos não-beneficiários do Programa informaram que até duas pessoas são responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Isso ocorre apesar de 44% das famílias ser composta por entre cinco e oito membros e 24% por nove ou mais membros, sendo todos residentes no mesmo domicílio. Isso revela que as famílias são formadas de pessoas jovens que portam filhos na sua maioria ainda em idade infantil. Em ARS, apesar dos grupos familiares da categoria de não-beneficiários do Pronaf serem menores, em dois terços dos casos os filhos acompanham os pais nas atividades agrícolas que esses desenvolvem, ou seja, o público de não-beneficiários do Programa em ARS é mais velho, comparativamente ao de AAP, onde possuem filhos sem idade de trabalhar.

A **situação fundiária** também é bastante contrastante nas duas regiões pesquisadas. As áreas das propriedades familiares de ARS são menores do que as de AAP. Nessa região, 75% dos estabelecimentos rurais detêm até vinte hectares contra apenas dezoito por cento na região de APP. No Maranhão 72% dos entrevistados de AAP possui mais que vinte hectares e 50% mais de cem hectares de terras. Na região de ARS não foi entrevistado nenhum agricultor familiar com mais de cem hectares.

Embora os agricultores beneficiários do crédito rural na região AAP tenham propriedades maiores, somente 18% tem suas terras registradas. Outros 50% estão na condição de posseiros, sendo que os demais trabalham em terras arrendadas ou cedidas por parentes.

Em torno de 56% das propriedades exploradas por não-beneficiários do Pronaf em AAP mede entre 21 e cem hectares e apenas 16% têm menos que vinte hectares. Apesar de extensos, estes estabelecimentos rurais não possuem registros definitivos em cartórios. Alguns produtores possuem apenas a carta de anuência<sup>12</sup> fornecida pelo Instituto de Colonização e Terra Maranhão ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Outros estão ocupando terras sem o reconhecimento de “posse” pelo órgão competente do Estado. Aproximadamente 40% dos produtores entrevistados em AAP exploram as terras na condição de posseiros, outros 16% o fazem mediante o arrendamento por safra. Os que trabalham em terras cedidas por parentes representam 40% e o restante, 4%, trabalha em terras invadidas, conforme demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3. Situação das terras exploradas por não-beneficiários do Pronaf em AAP.**

Respostas	Enquadramento	%
Registrada	0	0
Posseiro	10	40
Arrendada	4	16
Cedida	10	40
Invadida	1	4

Fonte: Dados da pesquisa de campo; elaborado pelo autor.

Já na região de ARS, embora os lotes sejam pequenos, 58% dos agricultores possui o registro definitivo das propriedades. Somente 8% exploram a terra na condição de posseiros, sendo que os demais entrevistados o fazem mediante contrato de arrendamento. Em alguns casos a terra é cedida por parentes que possuem o registro (ver Anexo 3).

A condição de uso da terra como posseiros, que representa a maioria dos beneficiários do Pronaf em AAP, implica na impossibilidade destes produtores rurais hipotecarem suas terras para obtenção de crédito rural. Assim acabam não podendo obter diversos tipos de financiamento de investimento, como o da linha Mais Alimentos. Sem poder contar com as terras como garantia, os agricultores acabam acessando apenas os créditos destinados aos grupos “A” e “B”. Nesses contratos, as operações são realizadas com risco da União e dos Fundos Constitucionais de

<sup>12</sup> Carta de Anuência é o documento fornecido por órgão fundiário reconhecendo a posse da área por determinado lavrador.

Financiamentos, o que na prática significa que não há exigência de garantias reais e fidejussórias. Com efeito, todos os beneficiários do Pronaf encontrados e entrevistados na região de AAP pertenciam aos grupos “A” e “B” (59,1% e 40,9%, respectivamente).

A condição das terras também ajuda a explicar porque na região AAP quase 60% dos beneficiários entrevistados tinham acessado o Pronaf pela primeira vez. Além disso, por não terem o que oferecer como garantia, a maioria dos agricultores enquadrados no grupo “A” acessa o crédito rural por meio de associações de produtores rurais. Embora esses projetos sejam feitos em nome das associações e com risco da União, em termos jurídicos permanece presente nos contratos as responsabilidades individuais em caso de inadimplência. Ou seja, quando ocorrem falhas nos pagamentos, as organizações financeiras podem buscar ressarcimentos dessas operações junto aos entes governamentais que assumiram o risco, mas o tomador inadimplente fica com seu nome “sujo” até que o contrato seja encerrado.

Essa situação não acontece na região ARS, onde a maioria dos agricultores pode hipotecar suas terras junto aos bancos ou cooperativas para acessar créditos de investimento e outras linhas que exigem garantias fidejussórias e reais.

As diferenças entre as duas regiões também se manifestam na **frequência das operações** do Pronaf. Em AAP, os agricultores entrevistados tinham acessado o crédito uma única vez. Geralmente, os agricultores fazem apenas a primeira operação do Crédito Pronaf “A”, embora seja possível fazer até quatro vezes, sendo a primeira na modalidade investimento e as demais na de custeio. Imagina-se que isto tenha ocorrido pela falta de conhecimento dos agricultores sobre o Programa, pois eles poderiam ter acessado outras linhas de crédito que não exigem garantias reais do tomador de crédito, como é o caso do Pronaf Custeio. Em contrapartida mais de 65% dos agricultores de ARS tem acessado o crédito rural cinco ou mais vezes, seja para custeio agrícola (91,8%), seja para investimento (58,3%).

Em relação ao **destino dos recursos do crédito** notou-se que os produtores do Nordeste aplicam na pecuária, enquanto no Sul a prioridade são os cultivos vegetais. Em AAP mais de 90% dos pronafianos entrevistados do grupo “A” que contraíram crédito rural de investimento, o fizeram para a criação de bovinos. “[...] é uma atividade que não é considerada de risco pelos bancos aqui na região”

(DEPOIMENTO DE TÉCNICO DO BANCO DO NORDESTE, 2011). Reconhece-se que agindo assim os bancos estão cumprindo seu tradicional papel de serem refratários ao risco. O gado é criado, na maior parte dos casos, de forma extensiva, sem grandes cuidados com seu manejo. Os criadores atentam-se somente para a questão da vacinação porque isso é uma exigência do Estado que ameaça os criadores descuidados com sérias sanções. Assim, a prática mais comum é fazer o projeto, receber os recursos, comprar os bovinos, lançá-los ao pasto, esperar que desse modo eles procriem e suas crias estejam prontas para o abate. Após sua venda é possível pagar o banco, “sem estresse, sem risco”.

Essa prática seria aceitável se a região não estivesse dentro do Bioma Amazônico. Nas áreas desse Bioma, o Governo Federal tem concentrado esforços para desestimular atividades predatórias, principalmente no que se refere a diminuição da derrubada de florestas para ceder lugar a pastagens. Ou seja, o mesmo Governo que quer preservar o Bioma, financia a juros baixíssimos (subsidiados) atividades que ele afirma querer extinguir. Isso é um paradoxo “[...] é uma grande contradição você financiar projetos para criação de bovinos, que é tão predatória, para uma região como esta [amazônica]” (DEPOIMENTO DE TÉCNICO DO BANCO DA AMAZÔNIA, 2011). O Gerente de Negócios do Banco do Brasil, também em Santa Inês, indagado porque só há projetos de criação de gado e não outros projetos de investimentos financiáveis pela Linha Mais Alimentos responde: “O banco não tem recebido outros tipos de propostas, o que fazem aqui é quase que exclusivamente para criação de bovinos” (DEPOIMENTO DE TÉCNICO DO BANCO DO BRASIL, 2011).

Já o crédito de custeio é utilizado por apenas 9% dos entrevistados maranhenses, sendo utilizado para custear as lavouras de mandioca. Para os beneficiários essa linha de crédito: “é um dinheiro que não nos serve porque aqui se planta mandioca em novembro e dezembro e o dinheiro só chega em fevereiro ou março, quando já passou o período de plantio [final de novembro, dezembro e começo de janeiro] e o lavrador já não precisa mais”. (DEPOIMENTO DE UM AGRICULTOR BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO PRONAF, 2011).

Na região de ARS, o crédito tem finalidades totalmente diferentes daquelas encontradas em AAP. Aproximadamente 25% dos agricultores entrevistados utilizam

os empréstimos para investir em máquinas agrícolas, como tratores, para veículos utilitários ou de carga, como caminhões para escoamento da produção e para a construção de estruturas, como ambientes para cultivos protegidos. Outros 50% disseram contrair crédito de custeio de lavouras. A maior parte para plantar morango (41% dos casos), mas também para lavouras de tomate, pimentão e alface. Nenhum dos entrevistados utilizou crédito rural para criação de gado. Em ARS não foi localizado beneficiários do Pronaf enquadrados nos grupos “A” e “B”, como ocorreu na outra região objetivo desta pesquisa.

A título de curiosidade, em 2010, a Cresol fechou o ano com R\$ 4.838 milhões emprestados em operações de custeio para agricultores enquadrados do Pronaf. Em operações de crédito de investimento, nesse mesmo ano, foram contratados R\$ 4.389 milhões. Esses valores foram emprestados aos agricultores sócios beneficiários do Programa nos municípios atendidos pela Cresol Baser de Águas Mornas.

Os **mecanismos de acesso ao crédito** do Pronaf devem seguir normas padronizadas e estabelecidas pelo MCR. Para o Pronaf, em geral, é necessário apresentar uma proposta de crédito simplificada ou um projeto técnico de viabilidade econômica à instituição financeira. Esse documento pode ser elaborado por qualquer profissional habilitado que atue em um órgão de assistência técnica oficial ou numa empresa conveniada com os bancos. Durante pesquisa percebeu-se, porém, a existência de particularidades em cada região do estudo

Em AAP, as famílias se reúnem com um representante do agente financeiro (gerentes de negócios dos bancos ou seus representantes) manifestando o interesse em acessar as linhas de crédito do Pronaf, geralmente dos grupos “A” ou “B”. Na oportunidade, o agente financeiro explica as normas, deveres e obrigações a que serão submetidos após a operação de crédito. Quando os interessados são enquadrados no grupo “B”, devem procurar a Secretaria Municipal de Agricultura, quando pertencem ao Pronaf “A”, devem recorrer as suas associações de produtores rurais. O uso do crédito pode ser individual, mas quando se trata do Pronaf “B” é necessário formar grupos de quatro indivíduos na formalização dos contratos, caracterizando a garantia fidejussória, ou seja, essas quatro pessoas

assumem o cumprimento das obrigações em conjunto: caso um não cumpra o contratado, os três assumem a dívida desse devedor.

Após a reunião os beneficiários do Grupo “B” entregam os documentos a um assessor de crédito do banco ou na Secretaria Municipal de Agricultura que se encarrega de encaminhá-los ao banco para que este faça a análise e as consultas de restrição de crédito. Quando tudo está correto, o dinheiro é liberado. Após trinta dias da liberação do crédito, o fiscal do agente financeiro percorre os estabelecimentos para verificar a aplicação do recurso.

Quando se trata de crédito da linha “A”, os produtores rurais entregam os documentos exigidos para sua associação, em geral logo após a reunião. Esta organização encaminha o material ao agente financeiro, que realiza o mesmo procedimento descrito anteriormente para os beneficiários do grupo “B”. Quando não existem restrições cadastrais, o banco solicita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que emita as DAP. Após, o banco comunica a chegada das DAP às associações, que por sua vez procuram as empresas privadas para fazer os projetos técnicos. São as empresas que encaminham os projetos aos bancos para que o processo de acesso ao crédito seja concluído.

Em ARS, o Pronaf é acessado de forma mais próxima do que é descrito no MCR. A grande maioria das propostas de crédito é feita individualmente, como explica uma gerente do Banco do Brasil da região: “todas as nossas propostas de crédito aqui na região são individuais. Em torno de 45% é de projeto de investimento para a compra de veículos e máquinas agrícolas, como caminhões pequenos e tratores agrícolas” (DEPOIMENTO DE TÉCNICA DO BANCO DO BRASIL, 2011).

Na região de AAP, **os agentes contratantes do Pronaf** são três bancos públicos: Banco do Nordeste (BN), Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia. O Banco do Nordeste é responsável por 81% das operações entre os entrevistados. Isso ocorre porque o BN está autorizado a operar todas as linhas de crédito do Pronaf e é o único banco oficial voltado ao desenvolvimento da região Nordeste. Segundo um lavrador: “É o melhor banco que tem para o camarada que é trabalhador, porque é o único que trata a gente bem” (DEPOIMENTO DE UM BENEFICIÁRIO DO PRONAF, 2011). Além de Santa Inês, essa agência do Banco atende treze cidades vizinhas. O restante dos entrevistados se diz atendido pelo

Banco do Brasil e Banco da Amazônia, sendo este último autorizado a operar apenas o Pronaf “B”. Essa atuação do Banco da Amazônia deve-se ao fato que o Leste do Maranhão, estar a oeste do meridiano de 44º, e, portanto, pertence a Amazônia Legal<sup>13</sup>. Como o Maranhão pertence à Região Nordeste, o Banco da Amazônia opera com limitações para não se sobrepor ao banco oficial da região.

Em ARS, o crédito rural é operado apenas por dois agentes financeiros: Banco do Brasil e uma cooperativa de crédito com interação solidária, que nesse caso atua como um agente financeiro fazendo o papel de banco. Estes dois agentes operam o Pronaf dividindo, segundo a pesquisa, a cartela de clientes entrevistados.

As diferenças são mais gritantes no que se refere à **recuperação dos créditos**. Em AAP, de acordo com informações extra-oficiais obtidas junto às agências bancárias, a inadimplência do Pronaf é extremamente alta, girando em torno de 55%. Já em ARS, segundo os técnicos e gerentes, “a inadimplência aqui é baixíssima, quase inexistente, gira em torno de 2%” (DEPOIMENTOS DE TÉCNICOS E GERENTES DO BANCO DO BRASIL, 2011).

Embora muitos projetos indiquem, para serem aprovados, que terão acompanhamento, em AAP somente 22% dos entrevistados disse que já obteve **assistência técnica**. Curiosamente, todos os atendidos declararam serem produtores de melancia, beneficiários do Pronaf “B” e que receberam atenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural. Nessa região pouco mais de 36% relatou que seus projetos técnicos registravam o pagamento para assistência técnica.

“Recebem no projeto para trabalhar, mas não dão assistência técnica. No meu projeto de criação de gado, aquele de R\$ 18 mil, veio dizendo que um mil e quinhentos reais seriam pago ao engenheiro agrônomo a título de acompanhamento técnico, até hoje nunca apareceu ninguém aqui para olhar o gado [...]. (DEPOIMENTO DE AGRICULTOR BENEFICIÁRIO DO PRONAF E ENQUADRADO NO GRUPO “A”, 2011).

---

13 A Lei N.º 1.806, de 1953, anexa ao território da Amazônia parte dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, dando a essas áreas o nome de Amazônia Legal por possuírem características morfológicas e de vegetação, objetivando facilitar o planejamento econômico da região.



Outro dado importante é que 40% dos entrevistados de AAP afirmaram que nunca pagou por assistência técnica em suas propostas de crédito, porém também nunca tiveram esse atendimento.

A assistência técnica rural é um problema grave em quase todas as regiões brasileiras, com exceção do Sul, que existe uma razoável estrutura de assistência técnica e extensão rural oficial em pleno funcionamento. A falta desse serviço deve ser considerada uma ineficiência do Estado. A situação tem trazido consequências negativas principalmente aos pequenos produtores que não podem pagar por este serviço. Esse é o caso, por exemplo, de um pronafiano do grupo “B” de AAP, que por influência do agente de crédito do Agroamigo<sup>14</sup>, investiu na criação de bodes, sendo que em toda a sua vida só havia lidado com bovinos de corte. Segundo seu relato, por falta de acompanhamento técnico, o resultado foi desastroso: todos os bodes morreram, ficando para o agricultor, apenas a dívida com o banco. Esse é apenas um exemplo da situação vigente que demonstra a ineficiência ou deficiência da prestação desse serviço primordial, e que afeta principalmente quem não pode pagar pelo atendimento. Sinaliza também que o novo Sistema de assistência técnica rural, recriado pelo Governo Lula, tem muito trabalho pela frente se quiser alcançar seus objetivos<sup>15</sup>.

Cerca de 60% dos entrevistados de ARS relataram ter tido assistência técnica “todo o tempo”. Os demais afirmaram que não receberam por que não viam necessidade desse serviço. Metade dos que tiveram assistência técnica diz ser

---

14 O Agroamigo é o Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Programa destina-se a agricultores familiares com enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, classificados no Grupo B (BANCO DO NORDESTE, 2011). A metodologia do Agroamigo foi desenvolvida tendo como base o modelo adotado pelo Programa Crediamigo, linha de microcrédito urbano já operacionalizada pelo Banco do Nordeste. Trata-se, portanto, de uma iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, cuja principal premissa consiste na concessão de crédito orientado e acompanhado. Em geral, a presença local do assessor de microcrédito amplia a capacidade de avaliação do cliente, considerando intenções e potencialidades que resultam na elaboração de propostas de crédito mais adequadas às necessidades dos tomadores. O relato do agricultor maranhense contrasta, portanto, com outras pesquisas, como Cazella; Burigo (2010), que indicam que o Agroamigo tem alcançado bons resultados.

15 Instituído pelo MDA em outubro de 2005, o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) tem como objetivo organizar a prestação de serviços públicos de Ater, sob a orientação da Política Nacional de Ater (Pnater). Fonte: MDA. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/Gesto\\_do\\_Sibrater](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/Gesto_do_Sibrater)

oriunda das lojas de agropecuárias existentes na região, que fazem esse serviço mediante a compra de produtos. Os agricultores avaliam como sendo boa a qualidade dos serviços de assistência prestados por esse sistema.

Com relação ao **grau de conhecimento do Pronaf** junto aos não-beneficiários, a pesquisa também encontrou situações muito diferentes nas duas regiões. Em AAP, o Pronaf ainda é desconhecido por 88% dos entrevistados, como demonstra a Tabela 4.

**Tabela 4. Relação de não-beneficiários que desconhecem o Pronaf em AAP**

Conhece o Pronaf?		
Respostas	Enquadramento	%
Sim	2	8
Não	8	32
Já ouviu falar, mas não conhece em detalhes	14	56
Já tentou acessar o recurso do Pronaf	1	4

Fonte: Dados da pesquisa de campo; elaborado pelo autor.

Nesse local, 92% dos não-beneficiários do Pronaf confessaram necessitar de crédito de investimento e de custeio agrícola, porém, como não são atendidos pelo Programa, recorrem a outras formas de acesso aos recursos financeiros. Para 16% destes a única forma de conseguir o recurso de custeio agrícola é vender gado: “sempre vendo um gado quando passo por uma ‘precisão’” (DEPOIMENTO DE AGRICULTOR NÃO ATENDIDO PELO PRONAF, 2011). Outros recorrem à venda de parte da produção “Se eu tiver apanhando arroz, vendo arroz ‘no monte’<sup>16</sup> ou faço ‘farinha de puba’ e compro tudo que preciso com o dinheiro da venda desses produtos” (DEPOIMENTO DE AGRICULTOR NÃO-BENEFICIÁRIO DO PRONAF EM AAP, 2011). Outras famílias relatam que, quando dá, recorrem ao dinheiro do Programa Bolsa Família<sup>17</sup> para comprar insumos agrícolas ou para pagar alguma diária durante a implantação de lavouras.

Ainda segundo resultados obtidos pela pesquisa, outra forma de conseguir dinheiro para a implantação de lavouras é por meio da renda advinda da quebra de

16 Vender no monte é uma expressão utilizada na região de AAP que significa que se está vendendo um produto agrícola que ainda não saiu da roça/lavoura, ou seja, o comprador paga ao vendedor por um produto que ainda permanece na lavoura.

17 O Bolsa-Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

coco babaçu: “As vezes pago diárias com dinheiro da quebra de coco babaçu, mas são poucas diárias que dá para pagar com esse dinheiro, pois é preciso muitas diárias de quebra de coco para pagar uma de capina” (DEPOIMENTO DE AGRICULTORA NÃO ATENDIDA PELO PRONAF EM AAP, 2011).

Em ARS, o Programa parece não ser mais novidade entre os produtores rurais. Chega-se a essa conclusão pela dificuldade de se encontrar produtores com este perfil. Foram identificados somente três agricultores que não utilizam esse recurso. Todos conhecem o Pronaf, mas apenas um relata que pretende acessar o Programa no futuro para comprar um veículo de carga, pela linha Mais Alimentos. Os outros dois afirmaram não ter interesse nos financiamentos oferecidos pelo Pronaf.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi uma experiência muito valiosa. Durante o estágio na Cresol e a pesquisa de campo com os agricultores de duas regiões do Brasil estive diante de muitas histórias e situações que tomarei como verdadeiras lições de vida. A experiência cobriu uma lacuna de minha formação acadêmica, visto que o assunto, apesar de grande importância na profissão de engenheiro agrônomo, quase não é abordado no Curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina. Projetos técnicos e propostas simplificadas de crédito, funcionamento do Pronaf e de outras linhas crédito rural, são temas que ainda são pouco discutidos em sala de aula. Outro fato importante é que pude conhecer e me aproximar de profissionais e organizações financeiras envolvidas com o SNCR.

O estágio na Cresol de Águas Mornas foi realizado de acordo com o programa pré-estabelecido, cujo objetivo principal era tomar conhecimento de como é operado o Pronaf Crédito atualmente. A pesquisa de campo também transcorreu dentro do esperado, havendo apenas o inconveniente de que em ARS não se conseguiu dispor de um meio de transporte adequado durante o trabalho de campo. Isso fez com que o número de entrevistados nessa região fosse menor do que em APP. Acredita-se, no entanto, que a dificuldade não comprometeu a qualidade geral da pesquisa e as comparações entre as duas regiões puderam ser realizadas satisfatoriamente. Além disso, os dados poderão ser usados como referências para outros trabalhos de mesma natureza ou com outros fins.

Na região de ARS o Pronaf tem conseguido mais avanços do que em AAP. Na região Sul, onde ARS está inserida, diversos fatores sociais e econômicos têm contribuído para isso: há uma maior integração dos agricultores familiares com os mercados; uma razoável estrutura de assistência técnica oficial e não oficial e a presença de uma rede bancária e de cooperativas de crédito. Há também um ambiente institucional muito favorável ao sucesso do Programa: sindicatos de trabalhadores rurais e entidades ligadas ao meio rural fazem pressão ao governo e as instituições financeiras no sentido de fazer o Programa funcionar. Além do mais, os produtores rurais de ARS contam com uma boa infra-estrutura de transporte, como veículos de carga e boas estradas que são trafegáveis o ano inteiro, possibilitando o escoamento da produção. Nos municípios catarinenses

investigados, o Programa não figura mais como uma novidade para os produtores rurais. Acredita-se que essa situação se deve a presença de uma cooperativa de crédito rural, que tem facilitado o acesso aos recursos do Pronaf e promovido, de forma mais fácil, a democratização do crédito rural em geral. Por outro lado, em AAP, os agricultores têm enfrentado problemas de acesso aos recursos do Pronaf, apesar de muitos possuírem perfis de enquadramento no Programa e de haver três bancos públicos (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia) atuando na região. Os serviços públicos como o de Ater, primordiais ao sucesso do crédito rural, não são oferecidos na quantidade e qualidade necessárias. Também não há um ambiente institucional favorável visto que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não é atuante nessa área (do Pronaf Crédito), e outras entidades que poderiam somar força, como as prefeituras, também se omitem. Ressalte-se que no caso do Pronaf “B” as secretarias municipais de agriculturas têm dado certa atenção no sentido de pressionar o Governo Federal e as instituições financeiras locais operadoras do crédito visando melhorar o funcionamento do Programa.

Em APP, as estradas que dão acesso às localidades são boas apenas na época da seca, permanecendo outros seis meses intrafegáveis, impedindo que a produção, quando ocorre, seja escoada e entre si. Isso dificulta a integração dos produtores com os mercados gerando constantes prejuízos financeiros aos produtores rurais.

Para AAP, uma cooperativa de crédito rural, a exemplo de ARS, é de primordial importância para o desenvolvimento rural. Acredita-se que a cooperativa faria aquilo que os bancos, governo de estado, prefeitura, secretarias municipais, sindicato não estão fazendo: promover a inclusão social da AF e a valorização da propriedade rural por meio do amplo acesso ao crédito rural oficial. A viabilidade dessa proposta poderá ser conseguida mediante a preparação de um ambiente institucional favorável, a exemplo do que tem ocorrido na região Sul do país, pois tudo é passível de mudança.

Apesar de avanços no aperfeiçoamento e ampliação do universo de cobertura, o Programa permanece, portanto, ancorado numa ambigüidade básica tanto em termos do público-alvo e dos objetivos essenciais que persegue. Mesclam-se orientações tipicamente produtivistas com compromissos mais amplos, como a

geração de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento territorial. Na prática, os segmentos da AF e as atividades mais beneficiadas pelo Pronaf-Crédito são as que possuem relações estabelecidas com os mercados.

Por fim, os resultados reforçam a crença de que é importante desenvolver pesquisas que ofereçam uma visão mais detalhada do funcionamento do Pronaf nas diversas regiões do País. Os resultados provenientes desses estudos podem melhorar a compreensão das organizações de pesquisa, fortalecer a capacidade das organizações sociais e alimentar a base de dados da SAF e das agências operadoras, de modo que suas ações sejam reorganizadas, apontando soluções que melhoram a atuação do Programa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO, Thiago Fonseca. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. São Paulo, 2010, 29 p. Trabalho não publicado.
- AGRICULTURA. **Estado de Alagoas**. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2011.
- ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. Brasília, 2003. 225 f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 03, jul/set. 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN 3.812, de 2009**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109102942&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- BANCO DO NORDESTE. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2011.
- BURIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010, 454 p.
- CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Sistemas territoriais de financiamento: concepção de projetos inclusivos. In LEITE, Sérgio; DELGADO, Nelson. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, ICCA, 2011. V. 14, p. 131 – 168
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011.
- FILHO, Danilo Prado Garcia: **Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários**. Guia Metodológico. Convênio INCRA/FAO, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- FUJJI, Nelson Yassuo: **Crédito Pronaf e sustentabilidade em Pitanga – Paraná**. Pitanga, 2009, 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração) – Centro de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, abr/jun. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006 (resultados preliminares)**, Rio de Janeiro, IBGE, 2007, 142 p. \_\_\_\_\_. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Reordenamento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <[www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)>. Acesso em: 22 nov. 2011.

MAGALHÃES, André Matos; NETO, Raul Silveira; DIAS, Fernando de Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, vol.10, n.1, jan. /mar. 2006.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília, 11 NEAD. MDA, 2005, 138 p.

NUNES, Sidemar Presotto: **Pronaf**: dez anos de existência. Boletim Deser nº 145, agosto/2005. Disponível em <<http://www.deser.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2011.

PORTAL TURISMO. Municípios de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/portalturismo>>. Acesso em: 11 out. 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti: A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Revista Mundo Agrário**, La Plata, v.9, n.18, ene./jun. 2009.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro; ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; DIAS, Mardonio Rique (in memoriam); MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. **Avaliação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**: a intenção de pagamento do crédito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.22.



## ANEXOS

## Anexo 1: Exemplo de DAP

Extrato de DAP de Agricultor

<http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap/ExibeExtrato.aspx?ID1=+AdDc9...>

Ministério do Desenvolvimento Agrário	
	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b> Secretaria de Agricultura Familiar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Data de Geração do Extrato 11/09/2011 11:06	
<b>Extrato de DAP de Agricultor</b> <b>1.7.2</b>	
<b>DAP:</b> S. V 039 45 93 2051 09 16 <b>Enquadramento:</b> B <b>Validade:</b> 05/10/2015 <b>Data da Emissão:</b> 05/10/2009 <b>Versão DAP:</b> 1.7.2 <b>Município:</b> Alto Alegre do Pindaré/MA	
<b>TITULARES</b> <b>CPF:</b> 9. 45. 93- 2 <b>Titular:</b> SO SO R S A V S	
<b>CONDIÇÕES DE POSSE E USO DA TERRA</b> Posseiro/a	
<b>DAP ACESSÓRIA ASSOCIADAS</b> Não Existe DAP Acessória Associada	
<b>EMISSORES DA DAP</b> <b>Emissor:</b> AGENCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DO MARANHÃO <b>CNPJ:</b> 08.593.102/0001-70	

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada através do site: <http://www.mda.gov.br>

## Anexo 2:

## Questionários aplicados nas entrevistas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL



## Formulário 1 – Beneficiários do Pronaf

Local: \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Nome entrevistado: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

1. Número de filhos? ( )

2. Número de pessoas que trabalham na propriedade? ( )

3. Escolaridade do representante/chefe da família: Não estudou ( ). Estudou até 4ª série ( ). Estudou até 8ª série ( ). Estudou até ensino médio ( ). Coursou curso superior ( ).

4. Tamanho da propriedade: 0 a 20 ha ( ). 21 a 40 ha ( ). 41 a 60 ( ). 61 a 100 ha ( ). Mais de 100 ha ( ).

4.1. Situação do imóvel: Próprio com registro ( ). Posseiro ( ). Arrendado (..).Outro. Qual?

\_\_\_\_\_

5. Quantas vezes pegou recursos do Pronaf? ( )

5.1. Que tipo de recurso do Pronaf você pegou? Pronaf Custeio ( ). Pronaf Investimento ( ). Outra finalidade ( ). Qual? \_\_\_\_\_

---

5.2. Qual a quantia? R\$\_\_\_\_\_

5.3. Como você teve acesso ao crédito (quem fez o projeto)?

---

5.4. Teve assistência técnica? Sim, todo o tempo ( ). Consta no projeto técnico, mais nunca tive ( ). Não tive ( ). Não precisei ( ).

5.5 Qual sua opinião sobre o trabalho da assistência técnica (de técnicos e engenheiros). Você conseguiu desenvolver melhor as atividades? Sim ( ). Não ( ).

5.6. Quem lhe falou do Pronaf? Sindicato ( ). Ficou sabendo no Banco ( ). Prefeitura ( ). Um amigo ( ). Ficou sabendo de outra forma ( ).

5.7. Que banco liberou o dinheiro? Banco do Brasil ( ). Banco do Nordeste ( ). Banco da Amazônia ( ). Outra instituição financeira ( ). Qual?

5.8. Você investiu o dinheiro conforme previsto no Projeto? Sim ( ). Não ( ). Em caso negativo, fez o que com o dinheiro? \_\_\_\_\_

---

5.9. Teve alguma dificuldade em pagar as prestações do financiamento?

Sim ( ). Não ( ). Em caso de afirmação, qual foi a dificuldade?

---

5.10. Você tem notado alguma mudança na sua vida e de sua família após ter tido acesso ao Pronaf? Sim ( ). Não ( ). Em caso afirmativo, o que mudou? Em caso negativo, por que você acha que não houve mudança?

---

5.11. Em relação aos seus amigos que também pegaram Pronaf, você tem observado alguma mudança em suas vidas? Sim ( ). Não ( ). Qual?

---

---

5.10. Como você avalia o Pronaf? Ótimo ( ). Bom ( ). Regular ( ). Ruim ( ). Poderia ser melhor ( ). Nunca mais pego dinheiro do Pronaf ( ). Justifique.



# UFSC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**Formulário 2 – Não – beneficiários do Pronaf**

Local: \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2011

Nome entrevistado: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

1. Número de filhos? ( )

2. Número de pessoas que trabalham na propriedade? ( )

3. Escolaridade do representante/chefe da família: Não estudou ( ). Estudou até 4ª série ( ). Estudou até 8ª série ( ). Estudou até ensino médio ( ). Coursou curso superior ( ).

4. Tamanho da propriedade: 0 a 20 ha ( ). 21 a 40 ha ( ). 41 a 60 ha ( ). 61 a 100 ha ( ). Mais de 100 ha ( ).

4.1. Situação do imóvel: Próprio, com registro ( ). Posseiro ( ). Arrendado (..).Outro. Qual?

5. Conhece o Pronaf? Sim ( ). Não ( ). Já ouvi falar, mas não conheço ( ). Conheço, já tentei pegar recursos mais não consegui ( ). Por quê? \_\_\_\_\_

6. Gostaria de conhecer o Programa Pronaf e ter acesso ao crédito?

Sim ( ). Não ( ).

7. Alguma vez você já precisou de crédito para investir ou custear as atividades agrícolas?  
Sim ( ). E recorreu a que meio para conseguir o dinheiro? Não ( ).

---

---



# UFSC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL



Local: \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Nome entrevistado: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

### Formulário 3 – Autoridades

1. Você tem acompanhado os trabalhos de técnicos, engenheiros e instituições financeiras no que concerne ao acesso ao crédito rural (Pronaf) aqui no seu município? Sim ( ). Não ( ).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Você tem notado mudanças no modo de vida das pessoas do meio rural nos últimos anos, desde que o crédito rural (Pronaf) começou a ser liberado na região? Sim ( ). Quais mudanças? Não, nada mudou ( ).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Você acredita que o Pronaf seja um instrumento de desenvolvimento rural? Sim ( ). Não ( ).

4. Aqui na região, você acredita que o crédito rural seja realmente aplicado na atividade a que ele foi inicialmente destinado? Sim ( ). Não ( ). Se não, conte-me um pouco mais.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Na sua opinião, a prefeitura local tem ajudado os agricultores da forma como anseiam (conservando estradas que dão acesso aos povoados, propriedades, cedendo máquinas e implementos agrícolas em quantidade e regularidade, de acordo com as necessidades)? Sim ( ). Não ( ). O que poderia melhorar?

---

---

6. Você acha que os bancos tem cumprido o seu papel no que se refere ao crédito rural, facilitando o acesso a este? Sim ( ). Não ( ). O que poderia ser feito para melhorar o acesso ao crédito rural?

---

---

7. Você recomendaria a um agricultor/ produtor que nunca acessou a linha de crédito Pronaf, a pegar dinheiro deste programa para investir e custear suas atividades agrícolas? Sim ( ). Não ( ). Justifique.





### Anexo 3.

#### Situação registral das terras exploradas pelos beneficiários do crédito rural

Situação de Posse do Imóvel/ Local	AAP		ARS	
	Enquadramento	%	Enquadramento	%
<b>Própria registrada</b>	4	18,18	7	58,33
<b>Posseiro</b>	11	50	1	8,33
<b>Arrendada</b>	4	18,18	2	16,66
<b>Cedida</b>	1	4,54	2	16,66
<b>Não possui</b>	2	9,09	0	0

\*Dados da pesquisa de campo. Fonte: elaborada pelo autor.